



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Faço constar que o referido recurso será respondido por mera cordialidade, tendo em vista que o RECURSO apresentado encontra-se SEM ASSINATURA.

RESPOSTA ao RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO: 08739/2024

EMPRESA RECORRENTE: L D G ELETRICA LTDA

Processo Licitatório: 012399/2023

Referente ao:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2024

DATA DA ABERTURA: 10 de junho de 2024

HORÁRIO: 14:00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXTENSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM INSTALAÇÃO DE POSTES, CABEAMENTO E LUMINÁRIAS EM VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO. Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item para pronta contratação, com observância da Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, com observância ao Decreto Municipal nº 3.584, de 01 de dezembro de 2022 e as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 17/05/2024, no jornal de grande circulação (O Dia) em 18/05/2024, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS

De acordo com o item 11.1 do edital, conforme abaixo, a manifestação de recurso deverá ser forma motivada e RESUMIDA, prazo máximo de 15 (quinze) minutos.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo máximo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada e RESUMIDA, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

A empresa **L D G ELETRICA LTDA**, denominada **RECORRENTE**, manifestou interesse de recurso de forma e prazo correto, em 13/06/2024, na Plataforma BLL Compras, conforme a seguir: "Boa tarde. Venho manifestar intenção de interposição de recurso, em desacordo com a decisão do pregoeiro de inabilitar a empresa referente a qualificação técnica e referente a declaração unificada."

DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO:

O presente recurso foi interposto pela empresa **L D G ELETRICA LTDA** em 18 de junho de 2024, através da Plataforma BLL Compras dentro do prazo legal, portanto tempestivo.

DOS FATOS

Na realização do Pregão, as empresas classificadas no item seguem informadas abaixo, conforme print de tela feito da Plataforma BLL Compras.

Classificação - Lote 1				
Classificados				
Razão Social	Participante	Melhor Lance	ME	
Inabilitados				
Razão Social	Participante	Melhor Lance	ME	
L D G ELÉTRICA LTDA	PARTICIPANTE 124	198,00	?	
ERWIL CONSTRUÇÕES LTDA	PARTICIPANTE 025	10.000,00	?	
Desclassificados				
Razão Social	Participante	Melhor Lance	ME	

DO RECURSO APRESENTADO NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:

A **RECORRENTE**, interpõe recurso administrativo “com fulcro no art. 165, inciso I, alínea c, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em face da decisão que a declarou inabilitada do certame em epígrafe”, demonstrando a tempestividade do recurso apresentado no item 1.

No item 2 do recurso, síntese dos fatos, a **RECORRENTE** informa sobre o preâmbulo do edital, do objeto, além de informar que “a decisão que a declarou inabilitada no certame em epígrafe foi irregular e atentatória aos ditames das licitações pública, sobretudo diante do estabelecido na legislação própria (...)”. Os pontos de inabilitação informado pela **RECORRENTE** seguem:

- Vedação ao Licitante ter em seu quadro representante com vínculo de natureza técnica e que tenha relação com o Município;
- Atestado de capacidade técnica;
- Comprovante de inscrição de profissional especializado no Conselho Técnico;
- Acervo técnico do profissional – CAT;
- Certidão de Registro Profissional;
- Diploma de Treinamento NR-10;
- Contrato de prestação de serviço;
- Declaração Unificada

No mérito, das razões recursais e fundamentos jurídicos, item 1.1, da inexistência de vedação quanto a composição do quadro técnico da empresa licitante, a **RECORRENTE** fala da vedação ao licitante ter em seu quadro representante com vínculo de natureza técnica e que tenha relação com o Município, com fundamento ao artigo 14, IV, da Lei nº 14.133/2021. A empresa destaca que a “norma determina que QUALQUER PROIBIÇÃO PARA LICITAR OU PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

DEVERÁ ESTAR EXPRESSA NO EDITAL DE LICITAÇÃO”, citando o item 4.7 do edital que fala das vedações, além de informar que “o edital de licitação apenas vedou a participação de servidores como parte contratante com o ente Municipal”.

A *RECORRENTE* informa a Lei Complementar nº 47/2013, artigo 161, que fala das proibições ao Servidor, destacando que no caso em tela, “o Servidor **SAMUEL DA SILVA VIRGÍNIO, figura APENAS como responsável técnico da empresa Licitante**, não incorrendo em nenhuma das vedações previstas no presente Edital de Licitação”, informando que esta “Agente De Contratações/Pregoeiro reconheça a ilegalidade de seu ato e declare a sua nulidade, com fulcro no princípio da autotutela administrativa, previsto nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal”.

No item 1.2, a *RECORRENTE* informa da **VALIDADE DOS DOCUMENTOS** apresentados em nome do responsável técnico da empresa licitante informa que “**deve ser declarada a validade de todos os documentos apresentados pela empresa Recorrente, inerentes aquele profissional**”, em especial o COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO NO CONSELHO TÉCNICO, sob nº 75991/2024 com validade até 31/12/2024, Registro nº 2020110089 e anexa a imagem do documento, além de informar a CERTIDÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL 73544/2022, os DIPLOMAS DE TREINAMENTO NR-10, cujo encontra-se devidamente assinado pelo participante e pelo instrutor e o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, informando que “mostra-se imperioso destacar que a comprovação de registro pode se dar por qualquer documento emitido pela instituição, haja vista que seus atos e, por conseguinte, documentos gozam de fé pública. Limitar esta comprovação à apresentação de documentação específica é restringir por completo o caráter competitivo da licitação”.

No item 1.3, a *RECORRENTE* informa da **VALIDADE DO ACERVO TÉCNICO DO PROFISSIONAL – CAT** apresentado e da comprovação de capacidade técnica da empresa, e de que fora “surpreendida com a informação que o CAT apresentado, sob Registro de Atestado 92094/2022, não atende aos que determina o item 9.12.1.1 do edital, visto encontrar-se em nome de Samuel da Silva Virgínio, tendo como executante a empresa J. R. BENEVIDES COM. E SERV. LTDA, divergente da empresa Licitante”, informando, ainda o art. 45, da Resolução nº 1.137, de 31 de março de 2023, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA. A *RECORRENTE* finaliza este item informando que o “**CAT apresentado, sob Registro de Atestado 92094/2022**, encontra-se em nome de SAMUEL DA SILVA VIRGÍNIO, cujo é o responsável técnico pela empresa Licitante, este **deve ser considerado válido para fins de comprovação da CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL DA PESSOA JURÍDICA RECORRENTE**”.

No item 1.4, a *RECORRENTE* fala sobre a DECLARAÇÃO UNIFICADA e que esta Pregoeira/Agente de Contratação informa que a referida declaração não atendeu aos preceitos do Edital, e, que “tal documento deve ser considerado como preexistente, **concedendo-se o direito à atualização/complementação da DECLARAÇÃO UNIFICADA**, devendo, ainda, **considerar tal obrigação como satisfeita, considerando a ora apresentação do referido documento retificado (em anexo)**, o qual atende integralmente o estabelecido no item 9.10 e anexo IV deste Edital.

No item **JURISPRUDÊNCIA e DOS PRINCÍPIOS INAPLICADOS** a *RECORRENTE* fala “quanto a impossibilidade de estabelecer critérios e/ou impedimentos não previstos no Edital para fundamentar a decisão de inabilitação de empresa em processo licitatório”, e informa posição do Tribunal de Contas da União (TCU 03379920130, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Data de Julgamento: 04/11/2014), além de informar posição do mesmo órgão, quanto a Administração atribuir formalismo exagerado aos procedimentos, citando os Acórdão 1795/2015-Plenário-TCU, Acórdão 2730/2015-Plenário-TCU e Acórdão 357/2015-Plenário-TCU, finalizando este item informando que “não se pode permitir que por EXCESSO DE FORMALIDADE uma empresa devidamente qualificada ao cumprimento do objeto seja

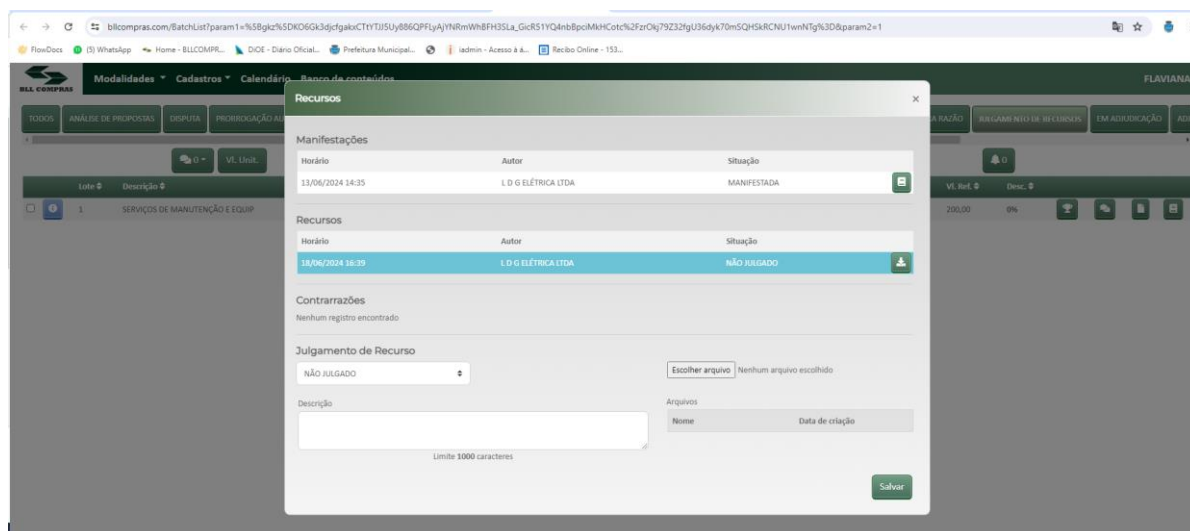
desclassificada por mera irregularidade formal, em grave afronta ao princípio da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO, expressamente previsto na nova lei de licitações”.

Finalizando, a **RECORRENTE** faz seus pedidos:

1. O recebimento do presente recurso com seu efeito suspensivo, nos termos do art. 168 da Lei nº 14.133/21;
2. Que o recurso administrativo em apreço seja julgado totalmente procedente, para fins de anular a decisão que declarou a empresa recorrente inabilitada do certame, reconhecendo-se a inexistência de vedação quanto ao responsável técnico vinculado à empresa Recorrente, declarando-se que a documentação apresentada atende integralmente às exigências do edital, especialmente quanto ao direito de complementação de documento preexistente;
3. Ademais, com a revisão da decisão atacada, seja declarada a nulidade de todos os atos praticados após a declaração de inabilitação da empresa Recorrente, e, ao final, seja declarada a Recorrente como devidamente habilitada e vencedora do referido processo licitatório, tendo em vista ter sido classificada em primeiro lugar;
4. Caso a decisão de inabilitação da empresa Recorrente seja mantida, que o presente recurso administrativo seja encaminhado à autoridade superior, nos termos do art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/21, para análise e posterior decisão.

DA CONTRARRAZÃO APRESENTADA NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:

Na realização do Pregão, **NÃO** houveram contrarrrazões apresentadas pelas empresas classificadas, conforme print de tela feito da Plataforma BLL Compras.



DO MÉRITO:

Sempre é bom lembrar do Art. 5º da lei n.º 14.133/2021 que diz: A licitação destina-se a garantir a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da

transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Observados os ritos legais, o recurso e contrarrazão (não houve) ficam disponibilizados na **PLATAFORMA BLL COMPRAS** para que os licitantes tenham acesso e na plataforma respondam seus pedidos e tenham acesso aos demais documentos/informações necessárias.

Inicialmente, após todo o exposto na interposição deste recurso, esta Pregoeira/Agente de Contratação, diante dos itens reclamados pela RECORRENTE, informa o artigo 67, da Lei nº 14.133.2021, que diz:

Art. 67. A documentação relativa à **qualificação técnico-profissional e técnico-operacional** será restrita a:

I – apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II – certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III – indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV – **prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;**

V – **registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;**

VI – declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

(...)

Informa o item 9.12 do edital:

9.12.1 Qualificação técnica (conforme item 7.1 do termo de referência)

9.12.1.1 Comprovação de experiência anterior em manutenção corretiva e/ou preventiva de iluminação pública urbana, comprovados através de certidões emitidas junto ao órgão técnico competente ou atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.12.1.2 Prova de conter em seu quadro técnico, profissional especializado em Eletrotécnica, inscrito junto ao Conselho Técnico responsável; e profissional eletricista com certificação NR-10 para operação de rede de distribuição elétrica.

Em sua defesa, a empresa afirma que:

“QUALQUER PROIBIÇÃO PARA LICITAR OU PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DEVERÁ ESTAR EXPRESSA NO EDITAL DE LICITAÇÃO”.

Neste sentido, vejamos o que estabelece o edital objeto desta demanda:

4.7. Não poderão participar desta licitação os interessados (VEDAÇÕES):

- 4.7.1.** Que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal;
 - 4.7.2.** Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e/ou impedimento de contratar com esta Administração, nos termos do Inciso III do Artigo 156 da Lei Federal N.º 14.133/2021;
 - 4.7.3.** O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os servidores e os empregados públicos municipais não poderão firmar contratos com o Município.
 - 4.7.4.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 4.7.5.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 4.7.6.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.7.7.** Que se enquadrem nas vedações previstas na lei 14.133/2021;
 - 4.7.8.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014- TCU-Plenário).
- 4.8.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, deverá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600 ou (41) 8435-0451, ou, através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail: contato@bll.org.br.

Além da vedação contida no item 4.7.3 do edital, o item 4.7.7 também informa que não poderão participar desta licitação todos que se enquadrem nas vedações previstas na lei 14.133/2021, neste caso específico, mantenha vínculo de natureza e financeira e trabalhista com a entidade contratante, ou seja, **“os servidores públicos municipais”**.

É importante mencionar o que estabelece a LC 047, de 2013:

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º - Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

A Lei 14.133/21 dispõe que no art. 14, V, que não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

V - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

É importante destacar que o Servidor Samuel da Silva Virgínio, matrícula 3780, é servidor do Município, exercendo atualmente Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Defesa Civil e Ordem Pública, restando comprovando o vínculo trabalhista com a entidade contratante (portaria de nomeação abaixo), deste modo, em atenção ao Princípio da Legalidade e Moralidade Administrativa, a inabilitação foi realizada com respaldo nos ditames legais, conforme dispõe o art. 14, V da Lei 14.133/2021.

Portarias

PORTARIA Nº 234 DE 18 DE JUNHO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o procedimento administrativo eletrônico nº 8693/2024,

R E S O L V E

Exonerar o servidor **SAMUEL DA SILVA VIRGINIO**, matrícula 3780, do Cargo em Comissão de Diretor de Trânsito, com validade a contar de 01/06/2024.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, em 18 de junho de 2024.

GILBERTO MARTINS ESTEVES

Prefeito

PORTARIA Nº 235 DE 18 DE JUNHO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o procedimento administrativo eletrônico nº 8693/2024,

R E S O L V E

Revogar a Portaria nº 166 de 30/04/2024 que designou o servidor **SAMUEL DA SILVA VIRGINIO** para responder pelo expediente do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Defesa Civil e Ordem Pública, com validade a contar de 01/06/2024.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, em 18 de junho de 2024.

GILBERTO MARTINS ESTEVES

Prefeito

PORTARIA Nº 236 DE 18 DE JUNHO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o procedimento administrativo eletrônico nº 8693/2024,

R E S O L V E

Nomear **SAMUEL DA SILVA VIRGINIO** para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Defesa Civil e Ordem Pública, Símbolo CC-1, com validade a contar de 01/06/2024.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, em 18 de junho de 2024.

GILBERTO MARTINS ESTEVES

Prefeito

A **RECORRENTE** informa a Lei Complementar nº 47/2013, artigo 161, que fala das proibições ao Servidor, destacando que no caso em tela, “o Servidor **SAMUEL DA SILVA VIRGÍNIO**, figura **APENAS como responsável técnico da empresa Licitante**, não incorrendo em nenhuma das vedações previstas no presente Edital de Licitação”, informando que está “Agente De Contratações/Pregoeiro reconheça a ilegalidade de seu ato e declare a sua nulidade, com fulcro no princípio da autotutela administrativa, previsto nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal.

Abaixo informo o que dispõe as Leis Complementares nº 46/2013 e 47/2013 a respeito do assunto:

LC nº 46/2013

Art. 21 - O ocupante de Cargo em Comissão ou de Função de Confiança submete-se a regime de dedicação integral ao serviço, podendo ser convocado, em caso de férias ou afastamento, sempre que houver interesse da Administração.

LC nº 47/2013

“Art. 41 - O horário normal de trabalho de cada cargo ou função é aquele estabelecido na legislação específica, não podendo ser superior a 8 (oito) horas diárias e a 44 (quarenta e quatro) horas semanais, observados os limites mínimo e máximo de 4 (quatro) horas e 8 (oito) horas diárias, excetuando-se regime de plantão.” (Alterado pela LEI COMPLEMENTAR Nº 056 DE 12 DE JUNHO DE 2017).
(...)

§ 4º - O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que


houver interesse da Administração, sem direito a qualquer vantagem adicional sobre a remuneração.
(...)

Vejamos que no documento Certificado de Conclusão do Curso em Treinamento NR-10, ministrado pela empresa *PRIMORDYAL MED SEG ASSESSORIA LTDA*, a pedido de empresa divergente da empresa *RECORRENTE*, em nome do Servidor Samuel da Silva Virgínio, consta informação de que o Curso foi realizado em dias úteis, tendo o Servidor ausente do serviço público e de suas tarefas.

Ainda se assim não fosse as vedações da Lei de Licitações, os diplomas apresentados das empresas *PRIMORDYAL MED SEG ASSESSORIA LTDA* e *FUNDAÇÃO DE APOIO CEFET*, não são do Conselho Técnico Responsável, como solicitado no item 9.12.1.2.

Salienta-se que o **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** celebrado entre a **L D G ELETRICA LTDA** e o **SERVIDOR SAMUEL VIRGINIO DA SILVA** em 07 de junho de 2024, dispõe na Clausula Primeira: O CONTRATADO acima identificado, se compromete a prestar assistência técnica ao CONTRATANTE, na execução de serviços técnicos e ou de engenharia, neles se compreendendo todas as atividades técnicas executadas pela pessoa jurídica, contempladas no âmbito de suas atribuições legais (...).

Na parte quanto a validade dos documentos apresentados em nome do responsável técnico da empresa licitante, a *RECORRENTE* afirma que o **CAT apresentado, sob Registro de Atestado 92094/2022**, encontra-se em nome de **SAMUEL DA SILVA VIRGÍNIO**, cujo é o responsável técnico pela empresa **L D G ELETRICA LTDA**, este deve ser considerado válido para fins de comprovação da **CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL DA PESSOA JURÍDICA RECORRENTE**". Porém, o **CAT-CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO- n.º 92094/2022 e ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA**, item 9.12.1.1 do edital, consta em nome da empresa **J. R. BENEVIDES COMERCIO E SERVIÇO LTDA ME**, divergente da empresa participante da licitação.

 **Certidão de Acervo Técnico - CAT**
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 **CREA-RJ**
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
92094/2022
Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº1.025, de 30 de Outubro de 2009, do Confea que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro - Crea-RJ, o Acervo Técnico do profissional **SAMUEL DA SILVA VIRGINIO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **SAMUEL DA SILVA VIRGINIO**.....
Registro: **2020110089** RNP: **2019796201**.....
Título Profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA**

ART Nº **2020210161905** - de 06/08/2021 Tipo de registro: **OBRA OU SERVIÇO**.....
Baixada em: **22/07/2022** por: **CONCLUSAO**.....
Executante: **J. R. BENEVIDES COMERCIO E SERVICOS LTDA ME**.....
Registro: **2018200608**.....

Constam no chat do 13/06/2024, a partir das 14:02:42 horas, na Plataforma BLL Compras, os motivos da inabilitação da *RECORRENTE*, inclusive com parecer, naquele momento da licitação, da Procuradoria Geral do Município.

No item 1.3 do recurso, a *RECORRENTE* informa da **VALIDADE DO ACERVO TÉCNICO DO PROFISSIONAL – CAT** apresentado e da comprovação de capacidade técnica da empresa, e de que

fora “surpreendida com a informação que o CAT apresentado, sob Registro de Atestado 92094/2022, não atende aos que determina o item 9.12.1.1 do edital, visto encontrar-se em nome de Samuel da Silva Virgínio, tendo como executante a empresa J. R. BENEVIDES COM. E SERV. LTDA, divergente da empresa Licitante”.

Continuando o item 1.3 do recurso, a RECORRENTE informa os artigos 45, 46 e 47 da Resolução nº 1.137, de 31 de março de 2023, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA:

Art. 45. O acervo técnico-profissional é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica.

Parágrafo único. Constituirão o acervo técnico do profissional as atividades finalizadas cujas ARTs correspondentes atendam às seguintes condições:

I – tenham sido baixadas; ou

II – não tenham sido baixadas, mas tenha sido apresentado atestado que comprove a execução de parte das atividades nelas consignadas.

Art. 46. O acervo operacional de pessoas jurídicas é o conjunto das atividades desenvolvidas pela empresa, a partir do registro no Crea, por meio das anotações de responsabilidade técnica comprovadamente emitidas por profissional pertencente ao quadro técnico ou contratado para aquelas atividades.

Art. 47. A Certidão de Acervo Técnico-Profissional – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.

O artigo 46 é claro quando informa que “o acervo operacional de pessoas jurídicas é o conjunto das atividades desenvolvidas pela empresa, a partir do registro no Crea, por meio das anotações de responsabilidade técnica comprovadamente emitidas por profissional **pertencente ao quadro técnico ou contratado para aquelas atividades**”, ou seja, os documentos apresentados encontram-se em nome da empresa J. R. BENEVIDES COM. E SERV. LTDA, divergente da empresa Licitante e o acervo, como já demonstrado, em nome de Servidor desata Prefeitura.

A própria RECORRENTE já informa isso em seu recurso: “**A CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL DE UMA PESSOA JURÍDICA É REPRESENTADA PELO CONJUNTO DOS ACERVOS TÉCNICOS DOS PROFISSIONAIS INTEGRANTES DE SEU QUADRO TÉCNICO.** A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o profissional estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico. Assim, repita-se, o acervo é único e exclusivo do profissional e não da empresa. Tal informação conta, inclusive, na certidão apresentada pela empresa Licitante”.

No item 1.4 do recurso, a RECORRENTE informa sobre a declaração unificada em desacordo com o edital. Este não foi motivo de inabilitação e sim os motivos já expostos. Entretanto, como informado pela RECORRENTE “devendo, ainda, **considerar tal obrigação como satisfeita, considerando a ora apresentação do referido documento retificado (em anexo)**”. Esta Pregoeira/Agente de Contratação informa que não foi encontrado tal documento anexado a este recurso. Ressalto que a Lei nº 8.666/93 citada na Declaração de pleno atendimento anexada pela RECORRENTE foi revogada em 31/12/2023.

Deve-se ficar claro que o Item 9.12 do edital e 7.1 do Termo de Referência referem-se a qualificação técnica da empresa e não do profissional. Não é novidade para esta Pregoeira/Agente de Contratação que o Acervo Técnico pertença ao profissional! A empresa J. R. BENEVIDES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA não participou do procedimento licitatório!

Deve-se ficar claro, ainda, que a *RECORRENTE* em momento algum foi inabilitada por validade ou veracidade de qualquer documentação. A inabilitação se deu tendo em vista as vedações contidas na Lei nº 14.133/21, bem como, na Lei Complementar nº 47/13, uma vez que o responsável técnico da empresa classificada em primeiro lugar, é servidor deste Município, além de documentos apresentados em nome de licitante divergente da empresa *RECORRENTE*.

Por fim, não menos importante, faço constar que na semana anterior da abertura da sessão desta licitação, o Servidor Samuel da Silva Virgínio esteve pessoalmente na Divisão de Licitação com esta Servidora informando que era responsável técnico de uma empresa que participaria desta licitação, onde informei que não podia, tendo em vista as vedações legais, e que se acontecesse paralisaria a licitação e enviaria o processo a Procuradoria Geral do Município. Foi o que fiz.

- **DA RESPOSTA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:**

Abaixo resposta da Procuradoria Geral do Município:

...

“Em que pese o extenso arrazoado apresentado pelo recorrente, entendo que a vedação prevista no artigo 14, IV da Lei nº 14.133/2021 está expressamente estabelecida no edital do certame, mais precisamente no item 4.7.7, a seguir transcrito:

Lei nº 14.133/2021

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

...

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

Edital

4.7. Não poderão participar desta licitação os interessados (VEDAÇÕES):

...

4.7.7. Que se enquadrem nas vedações previstas na lei 14.133/2021;

Considerando que a legislação que regula a matéria (licitação), prevê a vedação que se enquadra o licitante, não há que se falar em ausência de expressa previsão no edital, o que torna o licitante/recorrente, inabilitado pelo respectivo enquadramento.

Há de se ressaltar que eventual contratação do licitante/recorrente, fará com que o seu responsável técnico passe a ter outro vínculo e, no desempenho de seu ofício, certamente terá influência sobre a situação, em especial por estar respondendo pela Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ordem Pública, órgão de 1º escalão do governo municipal.

Assim sendo, não há como superar a vedação legal prevista em edital, o que acarreta a impossibilidade de reconhecimento dos demais documentos e forçando a reconhecer a sua inabilitação, razão pela qual opino pelo conhecimento do recurso e, no mérito, por não dar provimento ao mesmo”.

...

DO JULGAMENTO:

Considerando que essa Pregoeira/Agente de Contratação entende que o procedimento licitatório foi conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao edital.

Considerando os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, às licitações, nomeados no artigo 5º da Lei nº 14.133/21, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e do julgamento objetivo.

Considerando que esta Pregoeira/Agente de Contratação **NÃO ENTENDE** como “EXCESSO DE FORMALIDADE a inabilitação de uma empresa que consta como responsável técnico SERVIDOR PÚBLICO desta Prefeitura, muito menos considera “mera irregularidade formal.

Considerando que esta Pregoeira/Agente de Contratação **ENTENDE** que a inabilitação da **RECORRENTE** não é uma “grave afronta ao princípio da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO”, já que foi feita de acordo com as legislações acima informadas.

Considerando todo o exposto, opino pelo indeferimento do recurso administrativo apresentado, permanecendo com a inabilitação da empresa **RECORRENTE**, por entender que os documentos apresentados em nome de servidor público municipal como responsável técnico da empresa licitante, são uma grande afronta as legislações vigentes.

DA DECISÃO:

Esta Pregoeira/Agente de Contratação, acolhe o recurso administrativo interposto pela empresa **L D G ELETRICA LTDA**, denominada **RECORRENTE**, para **INDEFERI-LO** em sua totalidade, permanecendo a referida empresa como inabilitada. Como solicitado, o processo será enviado para deliberação do Exmo. Senhor Prefeito e após a decisão será publicado nos meios de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 26 de junho de 2024

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Agente de Contratação/Pregoeira/